



NOVO HAMBURGO-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO - RIO GRANDE DO SUL

EDUCADOR SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática/Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Legislação

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 01/2026



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



NOVO HAMBURGO - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO
HAMBURGO - RIO GRANDE DO SUL

Educador Social

Nº EDITAL: 01/2026

CÓD: SL-020JL-26
7901183001446

Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch	9
2. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas	16
3. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi	20
4. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	24
5. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	27
6. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto Federal nº 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete	28
7. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	31
8. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	34
9. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	36
10. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	40
11. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	45

Matemática/Raciocínio Lógico

1. Teoria dos conjuntos	59
2. Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações fundamentais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação), propriedades das operações	62
3. Múltiplos e divisores	74
4. Números primos	76
5. Mínimo múltiplo comum, máximo divisor comum	77
6. Matrizes e determinantes	79
7. Razões e proporções: grandezas direta e inversamente proporcionais	88
8. Divisão em partes direta e inversamente proporcionais	89
9. Regra de três simples e composta	92
10. Sistema de medidas: comprimento, capacidade, massa e tempo (unidades, transformação de unidades)	93
11. Sistema monetário brasileiro	97
12. Cálculo algébrico: monômios e polinômios	100
13. Funções: ideia de função, interpretação de gráficos, domínio e imagem, função do 1º grau, função do 2º grau – valor de máximo e mínimo de uma função do 2º grau. Função exponencial e logarítmica. Funções trigonométricas	105
14. Equações de 1º e 2º graus	118
15. Sistemas de equações de 1º grau com duas incógnitas	120

1. Progressão Aritmética (PA) e Progressão Geométrica (PG)	122
2. Análise combinatória	125
3. Triângulo retângulo: relações métricas no triângulo retângulo, teorema de Pitágoras e suas aplicações, razões e relações trigonométricas no triângulo retângulo. Teorema de Tales. Geometria plana: semelhança de triângulos, cálculo de área e perímetro das figuras geométricas planas	128
4. Noções de geometria espacial: cálculo de áreas e volume de prismas, pirâmides e corpos redondos.....	137
5. Matemática financeira: porcentagem, juro simples e compostos	144
6. Estatística: medidas de tendência central e medidas de dispersão, moda e mediana	147
7. Aplicação dos conteúdos acima listados em resolução de problemas	151
8. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de padrões e lógica de argumentação, sequências lógicas de números, letras, palavras e figuras. Diagramas lógicos. Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. Construção de tabelas-verdade. Tautologias, contradições e contingências. Implicação lógica, equivalência lógica. Leis de De Morgan. Argumentação e dedução lógica. Sentenças abertas e operações lógicas sobre sentenças abertas. Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas. Argumentos lógicos dedutivos e argumentos categóricos	154

Conhecimentos Gerais

1. Cultura popular, personalidades, pontos turísticos, organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do IBGE, hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes, fauna e flora locais, hidrografia e relevo, clima, matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte, unidades de conservação, história e geografia do País, Estado, do Município e da região que o cerca	177
2. Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, tais como globalização, segurança, transportes, política, economia, esporte, agricultura, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, ciências naturais, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, consciência ambiental, ecologia e geografia física	181
3. Direitos humanos e cidadania.....	182
4. Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, classificação e características.....	182
5. Os racismos individual, institucional e estrutural	183
6. Conceitos Fundamentais de Discriminação, Racismo, Sexismo, Etarismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIAPN+ fobia, Aporofobia, Psicofobia e Capacitismo.....	187

Conhecimentos Específicos Educador Social

1. Sistema Único de Assistência Social (SUAS): princípios, diretrizes, organização, gestão e funcionamento	195
2. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).....	200
3. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS).....	223
4. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEPSUAS)	241
5. Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993 – LOAS).....	246
6. Lei nº 8.080/1990 – dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS).....	257
7. Resolução nº 109/2009 – Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.....	269
8. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: público, acesso, atividades, recursos humanos e objetivos.....	270

1. Trabalho em rede na política de assistência social	275
2. Abordagem social: fundamentos, objetivos e estratégias de atuação.....	280
3. Atendimento à população em situação de rua e políticas públicas de moradia. Povos e comunidades tradicionais, grupos populacionais específicos, refugiados e migrantes: conceitos, direitos, acesso à política de assistência social e atuação do Educador Social no SUAS	283
4. Atuação do Educador Social: mediação social, fortalecimento de vínculos, comunicação intercultural, mobilização comunitária, acesso a direitos, proteção social e trabalho territorial.	289
5. Criança e adolescente: direitos e deveres legais.....	293
6. Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa	298
7. Socioeducação: princípios, fundamentos, medidas socioeducativas e atuação do Educador Social.....	299
8. Adolescências, juventudes e socioeducação: concepções e fundamentos	302
9. Profissionalização e identidade do Educador Social	306
10. SILVA, Gerson Heidrich. Educador social: uma identidade a caminho da profissionalização? Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 479-493, set./dez. 2009	310
11. Resolução CNAS/MDS nº 228, de 19 de março de 2026 – atuação do Orientador(a)/Educador(a) Social no SUAS junto a povos e comunidades tradicionais, grupos populacionais específicos, refugiados e migrantes.....	311

Material Digital

Legislação

1. Lei Orgânica do Município	3
2. Plano de Carreira do Município (Lei nº 334/2000)	19
3. Estatuto do Servidor Público (Lei Municipal nº 333/2000).....	22
4. Código de Posturas Municipal (Lei nº 3.275/2020).....	50
5. Estatuto Estadual da Igualdade Racial (Lei Estadual do Rio do Grande do Sul nº 13.694/2011)	58
6. Constituição Estadual do Rio Grande do Sul	60
7. Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010)	61
8. Constituição Federal de 1988: Dos Princípios Fundamentais (Arts. 1º ao 4º)	67
9. Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Arts. 5º ao 17).....	68
10. Da Organização do Estado (Arts. 18 ao 43).....	79
11. Da organização dos Poderes (Arts. 44 ao 135).....	94
12. Da Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas (Arts. 136 ao 144)	127
13. Da Ordem Social (Arts. 193 ao 232).....	130
14. Lei de improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992)	145
15. Lei Maria da Penha (Lei Federal nº 11.340/2006 e suas atualizações)	155
16. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003).....	162
17. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015).....	173
18. Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei Federal nº 10.216/2001).....	192
19. Decreto Estadual nº 48.598/2011 – Dispõe sobre a inclusão da temática de gênero, raça e etnia nos concursos públicos para provimento de cargos de pessoal efetivo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Su	193

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE TEXTOS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS, FATO E OPINIÃO, INTENCIONALIDADE DISCURSIVA, ANÁLISE DE IMPLÍCITOS E SUBENTENDIDOS E DE EFEITOS DE SENTIDO DE ACORDO COM JOSÉ LUIZ FIORIN E FRANCISCO PLATÃO SAVIOLI, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS E RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO DE ACORDO COM ENI ORLANDI, ELISA GUIMARÃES, ENIDA GUIMARÃES E INGEDORE VILLAÇA KOCH

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

A leitura e interpretação de gêneros textuais distintos são habilidades fundamentais para compreender a multiplicidade de sentidos produzidos em diferentes contextos comunicativos. Segundo Ingedore Villaça Koch, os gêneros textuais são formas de organização discursiva que atendem a propósitos sociais específicos, e sua identificação é essencial para uma interpretação adequada.

► O que são gêneros textuais?

Os gêneros textuais são estruturas textuais reconhecíveis que se desenvolvem e se transformam em resposta às necessidades comunicativas de uma comunidade. Esses gêneros são determinados pelas condições de produção, objetivos comunicativos, público-alvo e contexto histórico-social.

▪ **Exemplos de gêneros textuais:** carta, notícia, reportagem, poema, receita culinária, artigo científico, e-mails, posts em redes sociais, entre outros.

► Características dos gêneros textuais

Cada gênero possui características próprias que orientam a forma como o leitor deve interpretá-lo. Essas características incluem:

Finalidade comunicativa:

▪ A função do gênero textual define seu propósito principal.

Ex.: Uma receita culinária instrui o leitor a preparar um prato; um poema busca despertar emoções.

Estrutura composicional:

▪ Refere-se à organização típica do gênero.

Ex.: Um e-mail apresenta geralmente um cabeçalho (destinatário e remetente), um corpo textual e uma saudação final.

Estilo linguístico:

▪ Depende do nível de formalidade, da escolha lexical e das construções gramaticais.

Ex.: Um contrato apresenta linguagem formal e objetiva, enquanto uma conversa por mensagens utiliza uma linguagem mais informal.

► Estratégias de leitura e interpretação

Para interpretar corretamente textos de gêneros diversos, é necessário adotar algumas estratégias específicas:

Identificar o gênero textual:

▪ Reconheça as marcas distintivas do gênero, como a diagramação (em anúncios), o uso de elementos gráficos (em infográficos) ou a segmentação em tópicos (em manuais de instrução).

Compreender o contexto de produção e recepção:

▪ Analise o momento histórico, os valores culturais e as intenções do emissor para interpretar adequadamente o texto.

Ex.: Um editorial escrito durante uma crise política reflete uma perspectiva contextualizada daquela situação.

Reconhecer elementos explícitos e implícitos:

▪ Identifique as informações claramente apresentadas (explícitas) e as que exigem inferências (implícitas), levando em conta o gênero textual.

Ex.: Em um texto publicitário, o apelo ao consumo pode ser indireto, por meio de associações emocionais.

► Exemplos práticos de leitura de gêneros textuais

▪ **Notícia:** Apresenta informações factuais, estrutura-se em título, subtítulo e corpo textual, e segue critérios de objetividade e imparcialidade.

▪ **Artigo de opinião:** Tem como objetivo persuadir o leitor, utilizando argumentos subjetivos e juízos de valor.

▪ **Memes e posts em redes sociais:** Combina elementos verbais e visuais, muitas vezes de forma humorística ou irônica, e depende de um contexto compartilhado para gerar efeito de sentido.

► A importância da leitura crítica

A leitura crítica permite ao leitor não apenas compreender o texto, mas também questionar as intenções do autor e os efeitos de sentido produzidos. Essa habilidade é crucial em um mundo repleto de informações, onde a interpretação inadequada pode levar à disseminação de fake news ou à má compreensão de mensagens.

A leitura e interpretação de gêneros textuais diversos demandam sensibilidade às especificidades de cada gênero, ao contexto em que o texto foi produzido e ao objetivo comunicativo. O domínio dessas habilidades fortalece a capacidade crítica e a competência textual, indispensáveis para a compreensão e produção de textos nos mais variados âmbitos.

FATO E OPINIÃO: DISTINÇÃO E RELEVÂNCIA

A distinção entre fato e opinião é um aspecto essencial da leitura crítica e da análise textual, sendo indispensável para a avaliação de informações e a construção de argumentos sólidos.

Esse tema é amplamente abordado por autores como José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, que destacam a importância de compreender a objetividade dos fatos e a subjetividade das opiniões, especialmente em contextos argumentativos e persuasivos.

► O que é um fato?

Um fato é uma informação objetiva, verificável e que representa um acontecimento ou situação da realidade. Sua principal característica é a possibilidade de comprovação, seja por meio de dados, registros documentais ou evidências concretas.

Ex.: "A Terra orbita ao redor do Sol."

Este enunciado pode ser comprovado por estudos científicos e observações astronômicas.

▪ Marcas linguísticas típicas de um fato:

Uso de verbos no presente do indicativo para expressar constatações ou universalidades.

Ex.: "O Brasil é o maior exportador de café do mundo."

▪ Presença de dados e números.

Ex.: "Em 2023, o PIB global cresceu 2,9%."

► O que é uma opinião?

Uma opinião é uma manifestação subjetiva, baseada em crenças, valores, preferências ou interpretações individuais. Ao contrário do fato, a opinião não pode ser provada ou medida objetivamente, pois reflete um julgamento pessoal.

Ex.: "O café brasileiro é o melhor do mundo."

Este enunciado expressa um juízo de valor, não passível de comprovação universal.

▪ Marcas linguísticas típicas de uma opinião:

Uso de adjetivos qualificativos e advérbios que expressam subjetividade.

Ex.: "Este filme é incrivelmente emocionante."

Presença de verbos de opinião ou crença, como "achar", "acreditar", "considerar".

Ex.: "Eu acho que essa proposta é injusta."

► A relevância da distinção

A distinção entre fato e opinião é vital em diversos contextos, como na interpretação de textos jornalísticos, na análise de discursos argumentativos e no combate à desinformação. Saber diferenciar essas categorias permite:

▪ **Avaliar a credibilidade da informação:** Textos factuais fornecem dados que podem ser verificados, enquanto textos opinativos expressam interpretações ou julgamentos.

▪ **Identificar vieses ideológicos:** Opiniões frequentemente carregam valores e interesses que podem influenciar a interpretação dos fatos.

Ex.: Em um artigo de opinião, o autor pode selecionar fatos que reforcem seu ponto de vista, omitindo outros que o contradigam.

▪ **Desenvolver uma leitura crítica:** Reconhecer quando um texto apresenta fatos ou opiniões evita interpretações equivocadas, especialmente em debates polêmicos ou em textos persuasivos.

► Exemplos práticos de distinção

Notícia jornalística:

▪ **Fato:** "A inflação acumulada em 2024 foi de 4,5%."

▪ **Opinião:** "Esse índice de inflação demonstra uma recuperação lenta da economia."

Discurso publicitário:

▪ **Fato:** "Este carro possui um motor de 200 cavalos."

▪ **Opinião:** "Este é o melhor carro da categoria."

► Como identificar e analisar fatos e opiniões

Verificar fontes:

▪ Um fato deve ter respaldo em fontes confiáveis e verificáveis.

Ex.: Dados fornecidos por instituições como IBGE ou ONU têm maior credibilidade.

Reconhecer marcadores subjetivos:

▪ Palavras como "excelente", "terrível", "justo" e "injusto" indicam opinião.

Considerar o gênero textual:

▪ Textos opinativos (editoriais, colunas de opinião) têm como objetivo persuadir, enquanto textos informativos (notícias, relatórios) priorizam a neutralidade.

Contextualizar informações:

▪ Um mesmo dado pode ser usado para apoiar diferentes interpretações, dependendo do contexto em que é apresentado.

Compreender a distinção entre fato e opinião é uma habilidade indispensável para interpretar textos de forma crítica, identificar intencionalidades e avaliar a validade das informações. Essa capacidade é particularmente relevante em uma sociedade marcada pela sobrecarga informacional e pelo risco de manipulação discursiva, tornando o leitor mais apto a participar ativamente do debate público e a formar opiniões fundamentadas.

MATEMÁTICA/ RACIOCÍNIO LÓGICO

TEORIA DOS CONJUNTOS

TEORIA DOS CONJUNTOS

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

• Símbolos importantes

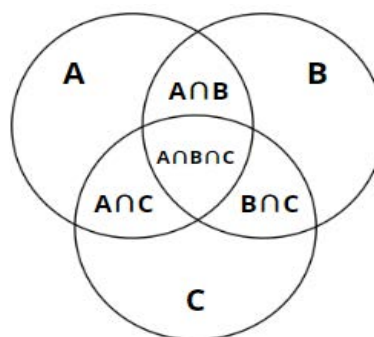
- $\in$: pertence
- $\notin$: não pertence
- $\subset$: está contido
- $\not\subset$: não está contido
- $\supset$: contém
- $\not\supset$: não contém
- $/$: tal que
- $\Rightarrow$: implica que
- $\Leftrightarrow$: se, e somente se
- $\exists$: existe
- $\nexists$: não existe
- $\forall$: para todo(ou qualquer que seja)
- $\emptyset$: conjunto vazio
- $\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais
- $\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros
- $\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais
- $\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais
- $\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

► Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto. Exemplo: $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos. Exemplo: $B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$
- Enumerando esses elementos temos. Exemplo: $B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$
- Através do Diagrama de Venn que é uma representação gráfica que mostra as relações entre diferentes conjuntos, utilizando círculos ou outras formas geométricas para ilustrar as interseções e uniões entre os conjuntos. Exemplo:



► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

- A é subconjunto de B ou A é parte de B
- A está contido em B escrevemos: $A \subset B$
- Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B, escrevemos: $A \not\subset B$

► Igualdade de conjuntos

Para todos os conjuntos A, B e C, para todos os objetos $x \in U$ (conjunto universo), temos que:

- $A = A$.
- Se $A = B$, então $B = A$.
- Se $A = B$ e $B = C$, então $A = C$.
- Se $A = B$ e $x \in A$, então $x \in B$.

Para saber se dois conjuntos A e B são iguais, precisamos apenas comparar seus elementos. Não importa a ordem ou repetição dos elementos. Exemplo: se $A = \{1, 2, 3\}$, $B = \{2, 1, 3\}$, $C = \{1, 2, 2, 3\}$, então $A = B = C$.

► Classificação

Chama-se cardinal de um conjunto, e representa-se por $\#$, o número de elementos que ele possui. Exemplo: se $A = \{45, 65, 85, 95\}$, então $\#A = 4$.

Tipos de Conjuntos

- **Equipotente:** Dois conjuntos com a mesma cardinalidade.
- **Infinito:** quando não é possível enumerar todos os seus elementos
- **Finito:** quando é possível enumerar todos os seus elementos
- **Singular:** quando é formado por um único elemento
- **Vazio:** quando não tem elementos, representados por $S = \emptyset$ ou $S = \{ \}$.

► Pertinência

Um conceito básico da teoria dos conjuntos é a relação de pertinência, representada pelo símbolo $\in$. As letras minúsculas designam os elementos de um conjunto e as letras maiúsculas, os conjuntos. Exemplo: o conjunto das vogais (V) é $V = \{a, e, i, o, u\}$

- **A relação de pertinência é expressa por:** $a \in V$. Isso significa que o elemento a pertence ao conjunto V.
- **A relação de não-pertinência é expressa por:** $b \notin V$. Isso significa que o elemento b não pertence ao conjunto V.

► Inclusão

A relação de inclusão descreve como um conjunto pode ser um subconjunto de outro conjunto. Essa relação possui três propriedades principais:

- **Propriedade reflexiva:** $A \subset A$, isto é, um conjunto sempre é subconjunto dele mesmo.
- **Propriedade antissimétrica:** se $A \subset B$ e $B \subset A$, então $A = B$.
- **Propriedade transitiva:** se $A \subset B$ e $B \subset C$, então $A \subset C$.

► Operações entre conjuntos

União

A união de dois conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a pelo menos um dos conjuntos.

$$A \cup B = \{x | x \in A \text{ ou } x \in B\}.$$

Exemplo: $A = \{1, 2, 3, 4\}$ e $B = \{5, 6\}$, então $A \cup B = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$

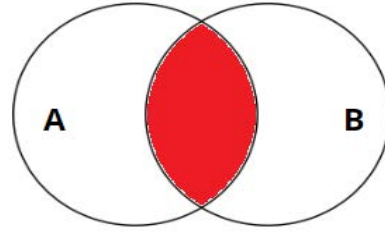
Fórmulas:

- $n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$
- $n(A \cup B \cup C) = n(A) + n(B) + n(C) + n(A \cap B \cap C) - n(A \cap B) - n(A \cap C) - n(B \cap C)$

Interseção

A interseção dos conjuntos A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e B.

$$A \cap B = \{x | x \in A \text{ e } x \in B\}$$



Exemplo: $A = \{a, b, c, d, e\}$ e $B = \{d, e, f, g\}$, então $A \cap B = \{d, e\}$

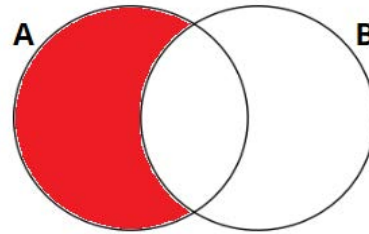
Fórmulas:

- $n(A \cap B) = n(A) + n(B) - n(A \cup B)$
- $n(A \cap B \cap C) = n(A) + n(B) + n(C) - n(A \cup B) - n(A \cup C) - n(B \cup C) + n(A \cup B \cup C)$

Diferença

A diferença entre dois conjuntos A e B é o conjunto dos elementos que pertencem a A mas não pertencem a B.

$$A \setminus B \text{ ou } A - B = \{x | x \in A \text{ e } x \notin B\}.$$



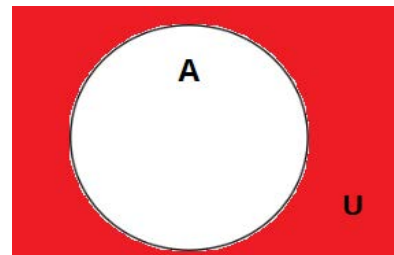
Exemplo: $A = \{0, 1, 2, 3, 4, 5\}$ e $B = \{5, 6, 7\}$, então $A - B = \{0, 1, 2, 3, 4\}$.

$$\text{Fórmula: } n(A - B) = n(A) - n(A \cap B)$$

Complementar

O complementar de um conjunto A, representado por A^c ou A^c , é o conjunto dos elementos do conjunto universo que não pertencem a A.

$$A^c = \{x \in U | x \notin A\}$$



Exemplo: $U = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$ e $A = \{0, 1, 2, 3, 4\}$, então $A^c = \{5, 6, 7\}$

$$\text{Fórmula: } n(A^c) = n(U) - n(A)$$

Exemplo 1: (FCC)

CONHECIMENTOS GERAIS

CULTURA POPULAR, PERSONALIDADES, PONTOS TURÍSTICOS, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL, DIVISÃO POLÍTICA, REGIÕES ADMINISTRATIVAS, REGIONALIZAÇÃO DO IBGE, HIERARQUIA URBANA, SÍMBOLOS, ESTRUTURA DOS PODERES, FAUNA E FLORA LOCAIS, HIDROGRAFIA E RELEVO, CLIMA, MATRIZ PRODUTIVA, MATRIZ ENERGÉTICA E MATRIZ DE TRANSPORTE, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO PAÍS, ESTADO, DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO QUE O CERCA

FORMAÇÃO HISTÓRICA E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE NOVO HAMBURGO¹

► O município no contexto do Brasil, do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio dos Sinos

Localização e posição regional

Novo Hamburgo é um município brasileiro situado no estado do Rio Grande do Sul, na Região Sul do país. Sua localização, próxima à capital Porto Alegre e integrada ao eixo urbano-industrial do Vale do Rio dos Sinos, ajuda a explicar sua importância econômica, histórica e territorial. A cidade participa da dinâmica metropolitana de Porto Alegre, mas também possui centralidade própria, especialmente por sua tradição industrial, por sua rede de comércio e serviços e por sua influência sobre municípios vizinhos como São Leopoldo, Campo Bom, Estância Velha, Sapiranga, Dois Irmãos e Ivoti.

A posição geográfica de Novo Hamburgo favoreceu historicamente a circulação de pessoas, mercadorias e atividades produtivas. O município está associado ao vale formado pelo Rio dos Sinos, uma área que teve papel decisivo na colonização, na agricultura familiar, no comércio regional e, posteriormente, na industrialização. Essa combinação entre localização estratégica, rede de transportes e vocação produtiva contribuiu para transformar Novo Hamburgo em um dos centros urbanos mais relevantes do Rio Grande do Sul.

► Ocupação inicial e formação territorial

Povos originários, presença luso-açoriana e imigração alemã

Antes da consolidação dos núcleos coloniais europeus, a região era ocupada por populações indígenas, entre elas grupos associados aos carijós. A presença desses povos revela que o território não era vazio: havia formas próprias de ocupação, circulação, uso dos recursos naturais e organização sociocultural. Com o avanço da colonização portuguesa no Sul do Brasil, a região passou a receber também famílias luso-brasileiras e descendentes de açorianos, especialmente em áreas como o Rincão dos Ilhéus, compondo uma camada importante da formação histórica local.

A partir de 1824, com a chegada de imigrantes germânicos à antiga Colônia de São Leopoldo, iniciou-se uma nova fase de ocupação regional. As pequenas propriedades agrícolas, o trabalho familiar, o artesanato e o comércio local estruturaram a vida econômica das colônias. Na área que mais tarde formaria Novo Hamburgo, destacou-se o núcleo de Hamburgerberg, atual Hamburgo Velho, que funcionou como ponto de encontro, entreposto comercial e centro de serviços para colonos, viajantes, artesãos e comerciantes.

► Do povoado colonial à cidade industrial

Hamburgo Velho, ferrovia e deslocamento do centro urbano

Hamburgo Velho foi um dos núcleos mais importantes da ocupação inicial. Ali se concentravam casas comerciais, oficinas, hospedarias, atividades religiosas e espaços de sociabilidade. O crescimento da localidade estava ligado à sua posição de passagem entre áreas rurais, caminhos regionais e centros urbanos maiores. No entanto, a chegada da ferrovia no século XIX alterou profundamente a organização do território.

A estação denominada New Hamburg, construída em área próxima ao atual centro, atraiu moradores, comerciantes e atividades econômicas. Com o tempo, o eixo de crescimento deslocou-se de Hamburgo Velho para a área central, onde a circulação ferroviária estimulou o comércio, a indústria e a urbanização. Esse processo ajuda a compreender por que Novo Hamburgo possui uma formação urbana marcada por dois polos históricos: Hamburgo Velho, associado à memória colonial e patrimonial, e o Centro, ligado à modernização econômica e à expansão industrial.

¹ [cidades.ibge.gov.br](https://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Hamburgo)

https://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Hamburgo
<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/historia>

► **Emancipação, Lomba Grande e identidade econômica**

Autonomia política e consolidação municipal

Novo Hamburgo emancipou-se de São Leopoldo em 5 de abril de 1927, passando a organizar sua própria administração municipal. A autonomia política esteve relacionada ao crescimento econômico, à força das lideranças locais e ao desejo de controlar diretamente obras, infraestrutura e serviços urbanos. Em 1939, a incorporação de Lomba Grande ampliou o território municipal e reforçou a presença de áreas rurais na composição geográfica da cidade.

A economia local desenvolveu-se fortemente em torno da cadeia do couro e do calçado. A abundância de matéria-prima, o conhecimento artesanal, a presença de curtumes, oficinas e fábricas, além da capacidade comercial dos empreendedores locais, consolidaram Novo Hamburgo como referência nacional no setor calçadista. Essa trajetória deu origem à imagem da cidade como “Capital Nacional do Calçado”, sem apagar sua diversidade social, cultural e territorial. Assim, Novo Hamburgo deve ser compreendida como uma cidade formada pela interação entre imigração, trabalho, ferrovia, indústria, urbanização, ruralidade e identidade regional.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, TERRITORIAL E REGIONALIZAÇÃO

► **Estrutura político-administrativa do município**

O município como unidade da Federação brasileira

Novo Hamburgo integra a organização político-administrativa do Brasil como município do estado do Rio Grande do Sul. Isso significa que possui autonomia administrativa, financeira e política, dentro dos limites definidos pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal. Na prática, essa autonomia permite ao município organizar serviços públicos locais, planejar o uso do solo, manter equipamentos urbanos, administrar escolas municipais, unidades de saúde, vias públicas, praças, políticas culturais, ações ambientais e serviços de interesse direto da população.

A estrutura dos poderes municipais é formada por dois poderes principais: o Executivo e o Legislativo. O Poder Executivo é responsável pela administração direta da cidade, sendo exercido pelo prefeito, pelo vice-prefeito e pelas secretarias municipais. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta por vereadores, que elaboram leis locais, fiscalizam a prefeitura, debatem demandas da comunidade e representam politicamente a população. Em Novo Hamburgo, a Câmara Municipal possui 14 vereadores, o que expressa a dimensão populacional e institucional do município.

► **Divisão territorial e organização interna**

Área urbana, área rural e bairros

O território de Novo Hamburgo combina forte urbanização com áreas rurais relevantes. A área urbana concentra a maior parte da população, dos serviços, das atividades industriais, comerciais, educacionais e administrativas. Nela se localizam bairros de grande importância histórica e econômica, como

Centro, Hamburgo Velho, Canudos, Santo Afonso, Rio Branco, Ideal, Vila Rosa, Operário e outros espaços urbanos formados em diferentes momentos do crescimento municipal.

Lomba Grande ocupa papel especial na organização territorial. Além de ser um bairro de grande extensão, preserva características rurais, paisagens naturais, propriedades produtivas, caminhos de turismo rural e formas de vida menos adensadas que as áreas centrais. Sua presença mostra que Novo Hamburgo não pode ser compreendida apenas como cidade industrial e urbana: o município também possui áreas de contato com a natureza, atividades agropecuárias, patrimônios culturais rurais e comunidades ligadas à história da colonização regional.

Para compreender a organização territorial de modo didático, a tabela abaixo resume as principais escalas que envolvem Novo Hamburgo:

Escala territorial	Como Novo Hamburgo se insere
País	Município localizado no Brasil, dentro da Região Sul
Estado	Integra o Rio Grande do Sul
Região metropolitana	Participa da Região Metropolitana de Porto Alegre
Região histórica e econômica	Insere-se no Vale do Rio dos Sinos
Regionalização do IBGE	Pertence à Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre e à Região Geográfica Imediata de Novo Hamburgo–São Leopoldo
Organização local	Divide-se em bairros urbanos e áreas com características rurais, com destaque para Lomba Grande

► **Regionalização e hierarquia urbana**

Função regional de Novo Hamburgo

Na regionalização do IBGE, Novo Hamburgo aparece vinculado a escalas que ajudam a entender suas relações com outros municípios. A Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre expressa a influência da capital estadual sobre uma ampla rede urbana. Já a Região Geográfica Imediata de Novo Hamburgo–São Leopoldo indica relações mais próximas, baseadas em deslocamentos cotidianos, comércio, serviços, trabalho, educação, saúde e circulação regional.

Na hierarquia urbana, Novo Hamburgo exerce papel de centralidade importante no Vale do Rio dos Sinos. Embora Porto Alegre seja a metrópole de maior influência no estado, Novo Hamburgo funciona como centro regional para municípios vizinhos, especialmente pela oferta de comércio especializado, serviços, eventos, ensino, saúde, empregos e atividades industriais. Essa posição resulta de sua história econômica, de sua infraestrutura de transportes e de sua tradição produtiva.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E FUNCIONAMENTO

INTRODUÇÃO AO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Sistema Único de Assistência Social, conhecido como SUAS, é o modelo público responsável por organizar a política de assistência social no Brasil. Ele estrutura serviços, programas, projetos e benefícios destinados à proteção social de indivíduos, famílias e grupos que vivenciam situações de vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos. Sua criação representa uma mudança importante na forma de compreender a assistência social, pois desloca essa área do campo da caridade, do favor ou da ajuda ocasional para o campo dos direitos sociais.

A assistência social, no âmbito do SUAS, deve ser entendida como uma política pública. Isso significa que ela não depende da boa vontade eventual de pessoas ou instituições, mas de responsabilidades definidas, planejamento, financiamento, gestão, controle social e oferta continuada de serviços. Seu objetivo é garantir proteção social a quem dela necessitar, respeitando a dignidade humana e reconhecendo que situações de pobreza, abandono, violência, discriminação, fragilização de vínculos e exclusão social não podem ser tratadas apenas como problemas individuais.

O SUAS organiza a assistência social de forma descentralizada e participativa. A descentralização significa que União, estados, Distrito Federal e municípios possuem responsabilidades na gestão e na execução da política. Os municípios têm papel central na oferta direta dos serviços à população, pois é no território que as necessidades se apresentam de forma concreta. A participação social significa que a sociedade deve acompanhar, fiscalizar e contribuir com as decisões da política, especialmente por meio de conselhos, conferências e outras instâncias de controle social.

A finalidade do SUAS é garantir proteção social por meio de ações organizadas. Essa proteção envolve prevenir riscos, fortalecer vínculos familiares e comunitários, acolher pessoas em situação de abandono ou violação de direitos, orientar famílias, garantir acesso a benefícios, apoiar a autonomia, promover convivência e articular a rede de atendimento.

Não se trata apenas de entregar recursos ou atender emergências, mas de construir respostas contínuas e planejadas para necessidades sociais complexas.

Uma característica importante do SUAS é a organização por níveis de proteção. A proteção social básica atua principalmente na prevenção de situações de risco e no fortalecimento de vínculos. A proteção social especial atua quando já existem situações mais graves, como violação de direitos, violência, abandono, exploração, negligência, situação de rua, trabalho infantil, rompimento de vínculos familiares ou necessidade de acolhimento. Essa organização permite que as respostas sejam adequadas à gravidade da situação vivenciada.

O território é um elemento central no funcionamento do SUAS. A política de assistência social precisa conhecer onde as pessoas vivem, quais são as condições de moradia, renda, acesso a serviços, vínculos comunitários, redes de apoio, situações de violência e formas de exclusão. O território não é apenas um espaço geográfico. Ele expressa relações sociais, desigualdades, potencialidades e riscos. Por isso, a atuação do SUAS deve considerar a realidade concreta de cada comunidade.

O trabalho com famílias também é uma diretriz fundamental. A assistência social não deve olhar apenas para o indivíduo de forma isolada, mas para suas relações familiares, comunitárias e sociais. Muitas vulnerabilidades estão relacionadas à falta de renda, ausência de serviços públicos, preconceito, violência, desemprego, insegurança alimentar, deficiência, envelhecimento, dependência de cuidados ou fragilidade de vínculos. Ao trabalhar com famílias, o SUAS busca compreender essas relações e fortalecer capacidades de proteção.

O SUAS também se articula com outras políticas públicas. Nenhuma política social resolve sozinha todos os problemas. Situações de vulnerabilidade podem exigir acesso à saúde, educação, habitação, trabalho, segurança alimentar, previdência, justiça, cultura e direitos humanos. Por isso, a intersetorialidade é indispensável. A assistência social identifica necessidades, acompanha famílias e articula encaminhamentos, mas depende de uma rede pública integrada para garantir proteção mais ampla.

Outro aspecto essencial é a profissionalização da política. O SUAS exige equipes qualificadas, gestão técnica, planejamento, registros, diagnósticos, monitoramento e avaliação. A assistência social não pode ser conduzida apenas por improviso ou ações pontuais. A complexidade das situações atendidas exige conhecimento técnico, postura ética, sigilo profissional, escuta qualificada, trabalho em equipe e compromisso com os direitos dos usuários.

► **Assistência social como política pública de proteção social**

A assistência social é uma política pública integrante da seguridade social, voltada à proteção de indivíduos, famílias e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social. Sua finalidade é garantir condições mínimas de proteção, acolhimento, acesso a direitos e fortalecimento de vínculos. No campo do SUAS, a assistência social deve ser compreendida como direito do cidadão e dever do Estado, e não como caridade, favor, ajuda pessoal ou ação assistencialista.

Essa mudança de compreensão é fundamental. Durante muito tempo, a assistência aos pobres, idosos, pessoas com deficiência, crianças, mulheres em situação de violência e outros grupos vulnerabilizados foi tratada como prática de benevolência, filantropia ou socorro eventual. Embora ações solidárias possam ter importância social, elas não substituem a responsabilidade pública. A política de assistência social deve ser planejada, contínua, universal em sua lógica de acesso e orientada por direitos.

A proteção social oferecida pela assistência social não se limita à renda. A falta de recursos financeiros é uma dimensão importante da vulnerabilidade, mas não é a única. Uma família pode enfrentar fragilidade de vínculos, violência doméstica, isolamento social, deficiência sem apoio adequado, abandono, insegurança alimentar, situação de rua, trabalho infantil, negligência, discriminação ou ausência de acesso a serviços públicos. A assistência social busca reconhecer essa diversidade de situações.

A vulnerabilidade social pode ser entendida como a exposição de indivíduos e famílias a condições que limitam sua capacidade de proteção, autonomia e participação social. Ela pode estar relacionada à pobreza, desemprego, baixa escolaridade, moradia precária, ausência de rede de apoio, barreiras de acesso, discriminação, ciclos de violência ou exclusão territorial. A vulnerabilidade não é característica natural de uma pessoa; ela é produzida por condições sociais, econômicas, culturais e políticas.

O risco social representa situações em que a integridade, a convivência, os direitos ou a segurança das pessoas estão ameaçados. Pode envolver violência física, psicológica ou sexual, abandono, negligência, exploração, afastamento do convívio familiar, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas, ruptura de vínculos e outras situações graves. O SUAS organiza respostas diferenciadas para essas situações, de acordo com sua complexidade.

A assistência social atua por meio de serviços, programas, projetos e benefícios. Os serviços são ofertas continuadas, como acompanhamento familiar, convivência, abordagem social, proteção a pessoas em situação de violência e acolhimento. Os programas organizam ações com objetivos específicos, muitas vezes articulando diferentes serviços e benefícios. Os projetos podem desenvolver iniciativas voltadas ao enfrentamento de necessidades determinadas. Os benefícios auxiliam no enfrentamento de situações de insuficiência de renda, vulnerabilidade temporária ou necessidades específicas.

Um ponto importante é que a assistência social deve garantir acesso sem exigir contribuição prévia. Diferentemente de políticas baseadas em contribuição, a assistência social é destinada a quem dela necessitar, conforme critérios definidos pela política. Isso reforça seu caráter de proteção social não contributiva. O acesso deve respeitar a dignidade da pessoa, sem constrangimento, discriminação ou julgamento moral.

A política de assistência social também busca fortalecer a autonomia. Isso não significa responsabilizar individualmente as pessoas por superar sozinhas situações estruturais de desigualdade. Significa criar condições para que indivíduos e famílias ampliem sua capacidade de participação, decisão, convivência, acesso a direitos e enfrentamento de dificuldades. A autonomia é construída com apoio, proteção, informação, acesso a serviços e oportunidades.

O trabalho social com famílias é uma das principais estratégias da assistência social. Ele envolve acolhida, escuta, orientação, acompanhamento, encaminhamentos, fortalecimento de vínculos e construção de planos de atendimento. Esse trabalho deve respeitar a realidade de cada família, evitando julgamentos e imposições. O objetivo é compreender as necessidades, reconhecer potencialidades e articular respostas adequadas.

A assistência social também tem papel preventivo. Não deve atuar apenas quando a situação já se agravou. A proteção social básica busca prevenir rompimento de vínculos, agravamento da pobreza, isolamento, violência e exclusão. A prevenção exige presença nos territórios, conhecimento da realidade local, vínculos com a comunidade e oferta de atividades que fortaleçam convivência, acesso a direitos e redes de apoio.

Outro aspecto importante é a articulação com a rede socioassistencial e com outras políticas. A assistência social não trabalha isoladamente. Muitas situações exigem encaminhamento para saúde, educação, trabalho, habitação, justiça, previdência ou proteção de direitos. A qualidade da proteção depende da capacidade de construir fluxos, pactuar responsabilidades e acompanhar se os encaminhamentos realmente produziram acesso.

A proteção social também exige respeito à diversidade. Pessoas e famílias possuem diferentes composições, culturas, trajetórias, identidades, crenças e formas de organização. A assistência social deve atuar sem discriminação, reconhecendo desigualdades de gênero, raça, deficiência, idade, orientação sexual, origem territorial e condição social. A proteção só é efetiva quando respeita a dignidade e a singularidade dos usuários.

► **Princípios e diretrizes do SUAS**

O SUAS é orientado por princípios e diretrizes que dão sentido à política de assistência social e definem a forma como suas ações devem ser planejadas, executadas e avaliadas. Esses princípios não são apenas declarações abstratas. Eles orientam o atendimento cotidiano, a organização dos serviços, a relação com os usuários, a gestão pública e o controle social. Compreendê-los é essencial para entender o funcionamento do sistema.

Um dos princípios centrais é a universalidade do acesso. Isso significa que a assistência social deve estar disponível a todos que dela necessitarem, conforme as situações de vulnerabilidade, risco ou violação de direitos. A universalidade não quer dizer que todos receberão o mesmo serviço ou benefício, mas que o acesso não pode ser tratado como privilégio ou favor. A política deve estar aberta ao reconhecimento das necessidades sociais da população.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!